

UM PROJETO POLÍTICO PARA OS EXCLUÍDOS

- LEITURAS DO VOTO POPULAR NO PT PARA ALÉM DA CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA -

FELIPE MELONIO LEITE¹

Resumo

No presente artigo empreendemos uma interpretação do voto popular nos candidatos do PT nos pleitos para o Executivo Federal. Utilizamos como paradigma avaliativo as contribuições da sociologia e da ciência política brasileira. Entendemos que a experiência petista influi na recuperação de noções *dualistas* na interpretação da dinâmica política e social de classes no país.

Palavras-chave: Lulismo. Política brasileira. Social-democracia. Sociologia brasileira contemporânea.

Abstract

In this article, we undertake an interpretation of the popular vote for PT candidates in the elections for the federal executive. We use as an evaluative paradigm the contributions of Brazilian sociology and political science. We understand that the PT experience influences the recovery of dualist notions in the interpretation of the political and social dynamics of classes in the country.

Keywords: Lulism. Brazilian politics. Social democracy. Contemporary Brazilian sociology.

1. Introdução

É notável o apoio popular, traduzido em força eleitoral, recebido pelos candidatos do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2006, 2010, 2014 e, ainda no que tange à camada inferior de renda da população, na derrota da eleição de 2018. Esse direcionamento às camadas mais baixas da pirâmide de renda da população brasileira ficou conhecido, tanto na literatura especializada quanto no debate público, como “lulismo”. O presente trabalho tem como objetivo a apreensão crítica das leituras interpretativas desse fenômeno.

Enfocaremos a questão da dualidade exclusão-inclusão em termos de cidadania. Contrastando com o desenvolvimento integral da cidadania nos países centrais, mostraremos as implicações da lógica endógena da aplicação desse conceito no Brasil. Abordaremos

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Federal Fluminense.

como, de anteriormente hegemônica na teoria social e política brasileira, a abordagem da dualidade entre *exclusão* e *inclusão* passa a sofrer críticas no decorrer da segunda metade do século XX.

Em seguida abordaremos as leituras contemporâneas acerca do fenômeno do *lulismo*. Será considerada a hipótese de um retorno transformado da anteriormente citada *dualidade exclusão-inclusão* nos empreendimentos explicativos atuais, em que questões sobre *preariado*, *subcidadania* e *subproletariado* são contrastadas para a reconsideração das análises tradicionais de classe.

2. A social-democracia em perspectiva ampla: um modelo clássico de representação classista.

O primeiro grande experimento social-democrata da história mundial é, inequivocamente, o caso alemão do final do século XIX ao começo do século XX. O Partido Social-Democrata (SDP), que Karl Marx viu nascer, paulatinamente logrou força política e influência após a queda de leis antissocialistas naquele país, muito ligadas ao repressivo governo de Bismarck (COLE, 1958, p. 103). Surge, por esse motivo, a possibilidade de participação na democracia dita burguesa. Cria-se, no referido contexto, um dilema para o partido que se apresentava, originalmente, programaticamente voltado para a superação da ordem social estabelecida. Tal dilema teve de, necessariamente, receber teorização. Abre-se um amplo debate acerca do que se convencionou chamar *reformismo* ou *revisionismo*. O polo pró-integração teve em Eduard Bernstein um grande referencial. Observamos, em sua teoria, a tentativa de conciliação dos postulados *marxianos* com o novo contexto político. Duas questões chamam a atenção: a crítica quanto ao reducionismo do Estado à dominação econômica e a desconfiança em relação à necessidade doutrinária de revolução insurrecional violenta para a superação do capitalismo.

Bernstein assegura que grande parte do mérito de Karl Marx, referência teórica e política padrão para seu partido, não residiria em suas previsões sobre o futuro de catástrofe do capitalismo, mas em seu trato, dito científico, das relações sociais dadas. O autor reconsidera a obra marxiana em uma perspectiva diferenciada; não há mais uma aposta no inelutável, mas apenas a construção, e subsequente verificação, de hipóteses falseáveis. Seria limitado ao conjectural, ao tendencial, o momento da revolução insurrecional violenta como era explicitada no *Manifesto comunista*. A investigação de fôlego d'*O Capital*, obra magna de Marx, demonstraria uma situação consideravelmente mais ambígua, em que o desenvolvimento do capitalismo pode levar a uma melhora das condições de vida da classe trabalhadora. Segundo Bernstein:

A simpatia genérica com as tentativas de emancipação da classe trabalhadora não se encontra, de fato, no caminho do método científico. Mas, logo que Marx se avizinha de um ponto em que o objetivo final entra seriamente na questão, ele torna-se incerto e inspira menos confiança. Tais contradições aparecem então, como foram mostradas no livro em causa, por exemplo, no capítulo sobre o movimento das rendas na sociedade moderna. Parece, assim, que esse grande espírito científico foi, no fim de tudo, escravo de uma doutrina. Para exprimi-lo em linguagem figurada, levantou um enorme e poderoso edifício dentro dos limites do andaime que encontrou já de pé, e no seu erguimento manteve-se estritamente dentro das leis da arquitetura científica, na medida em que elas não colidiam com os limites que o andaime lhe fixava; entretanto, sempre que o andaime lhe permitia, fugia ou desprezava essas leis. Onde o andaime pôs um limite ao progresso da construção, mudou a planta do edifício, à custa das suas proporções corretas e ficando, assim, dependendo ainda mais do andaime. Era a consciência dessa relação irracional que o levaria a abandonar continuamente a ordem com a finalização do seu trabalho, para corrigir partes especiais e já elaboradas dele? Seja o que for, a minha convicção é que, onde esse dualismo se revele a si próprio, o andaime tem de ser destruído se quisermos que o edifício seja erguido nas proporções corretas e adequadas. É aqui, e não no resto, que se encontra o que é digno de sobreviver na obra de Marx (BERNSTEIN, 1997, p. 152).

Essa perspectiva suscitou um profícuo debate no seio do socialismo internacional. Respostas diretas foram escritas por dirigentes como Luxemburgo (2011) e Lênin (1986). Essas alternativas inspiraram tradições insurrecionais do socialismo, mas é certo que o direcionamento de Bernstein foi base para uma influente linhagem política no *interior* das democracias ocidentais.

Essa teorização, majoritariamente alemã, traduz uma das vias para a ampliação da cidadania política. Referindo-se ao contexto inglês, Marshall (1967) constituiu seu estudo basilar sobre a noção de cidadania. Em análise crítica, Saes (2003) explicita que um erro comum de intérpretes desse trabalho é a verificação da existência de uma “camada” de direitos pela simples existência na “letra da lei”. Toda existência legal de cidadania, para ser sociologicamente efetiva, deve estar amparada em um quadro institucional específico. São três as dimensões de cidadania historicamente e logicamente encadeadas no caso inglês, sendo três as instituições estatais garantidoras: a justiça efetiva e barata para a cidadania civil (igualdade jurídica e liberdade de contratos); a formação da cidadania política de fato por meio da garantia política de votar e ser eleito, construindo livremente sua percepção de mundo; e, por fim, o acesso universal às garantias mínimas de bem-estar via quadro administrativo de Estado, o que garante a cidadania social (SAES, 2003, p. 11).

Ressaltamos que a emergência histórica das camadas da cidadania, nessa ordem, também

mostra um elemento lógico. Na análise de José Murilo de Carvalho:

Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de voto, de participar do governo do seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (CARVALHO, 2015, p. 17).

Podemos, portanto, inserir a social-democracia no contexto de ampliação da cidadania no âmbito político. Tanto o caso inglês quanto o alemão seguem um modelo semelhante, no qual a lógica clássica de ampliação de direitos não foi alterada substancialmente. Uma diferença, outrossim, residiria na passagem da cidadania política para a social: enquanto no caso inglês a questão da superação do capitalismo não teve ampla reverberação, na Alemanha o tema foi objeto de um caloroso debate. Bernstein, em sua defesa da importância das reformas para os socialistas, utiliza o exemplo do movimento trabalhista britânico como um caso bem-sucedido da não revolução:

E se alguém deseja usar contra mim os progressos feitos desde então pela democracia social, na Inglaterra, responderei que, com essa amplitude, o desenvolvimento da democracia social inglesa saiu da fase utópica, de seita revolucionária, como Engels muitas vezes a representou, para se converter no partido da reforma política que hoje conhecemos. Nenhum socialista capaz de pensar sonhará hoje, na Inglaterra, com uma vitória iminente do socialismo, por intermédio de uma revolução violenta. Ninguém sonha com uma rápida conquista do parlamento por um proletariado revolucionário. Mas confiam cada vez mais no trabalho das municipalidades e outros órgãos autogovernantes. A animosidade inicial contra as trade unions foi extinta; uma simpatia mais estreita foi ganha para esse movimento e, aqui e ali, também para o das cooperativas (BERNSTEIN, 1997, p. 148).

Przeworski (1989) considera que esse foi o primeiro de uma série de dilemas que a social-democracia teve de enfrentar para se tornar uma força social ampla e relevante. Se não poderiam, assim como explicitado em sua doutrina, ser participativos na esfera da produção, os trabalhadores poderiam intervir na realidade pela via da cidadania política, na qual a razão 1 voto/1 indivíduo lhes é favorável. Como afirma: “Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político.” (PRZEWORSKI, 1989, p. 24) O benefício político de mobilizar uma massa de indivíduos não organizados e os benefícios materiais (avanço da cidadania social) obtidos levaram à irrelevância facções que escolheram a política autônoma e revolucionária (PRZEWORSKI, 1989, p. 25-26).

Przeworski analisa o desenvolvimento da social-democracia em uma perspectiva histórica baseada em sua concepção de ação de classe. O autor utiliza as metodologias da escolha racional para compreender a constituição da ação classista. A classe deixa de ser um

elemento objetivo apriorístico, como nas conceitualizações clássicas do marxismo (o autor cita Kautsky como exemplo). A classe, para Przeworski, é forjada no seu próprio discurso de mobilização, em que os elementos objetivos (economia, ideologia, política) participam, mas não são determinantes. As classes, sob o capitalismo, são criadas pelas lutas, ante as características atomizadoras do arcabouço jurídico (PRZEWORSKI, 1989, p. 91). Sua caracterização leva em conta a totalidade das lutas em processo contínuo:

Registramos, pois, algumas conclusões às quais retornaremos: 1) as classes são formadas como efeito de lutas; 2) o processo de formação de classes é perpétuo: as classes são continuamente organizadas, desorganizadas e reorganizadas; 3) a formação de classes é um efeito da totalidade das lutas nas quais diversos agentes históricos procuram organizar as mesmas pessoas como membros de uma classe, como membros de coletividades defendidas em outros termos, às vezes simplesmente como membros da sociedade (PRZEWORSKI, 1989, p. 91).

O autor busca inserir, nessa perceptiva de análise política dos conflitos, uma linguagem técnica (a escolha racional) para compreender o “feixe de interações estratégicas” fundador das classes e de suas ações (PRZEWORSKI, 1995, p. 126). É com base nessa metodologia que podemos constatar sua análise da abertura discursiva da social-democracia. Da original classe “operária” ao apelo político amplo e irrestrito, algumas barreiras tiveram de ser superadas por essa corrente partidária: a ideia na qual o operariado estava fadado a tornar-se a maioria absoluta da sociedade, a necessária desradicalização com o subsequente apelo ao “todo do povo” e, finalmente, a construção de um compromisso com os “exploradores” para um governo de coalizão.

Fundamental nesse processo, no qual se constrói um apelo social amplo, é a emergência de uma nova perspectiva econômica. É o *keynesianismo*, com seu receituário de políticas *anticíclicas* surgidas no pós-depressão de 1929, que permitiu a quebra da desconfiança quanto a um suposto particularismo *de classe* dos governos socialistas. A teorização de um crescimento global pela via da *demand agregada* deu um tom universalista às demandas trabalhistas:

o keynesianismo era não só uma teoria que justificava a participação socialista no governo, mas – mais afortunadamente, do ponto de vista dos sociais-democratas – era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores. Anteriormente, todas as demandas por aumento do consumo eram consideradas contrárias aos interesses nacionais: salários mais elevados implicavam menores lucros e, portanto, redução das oportunidades de investimentos e desenvolvimento futuros. A única resposta concebível para a crise consistia em cortar os custos de produção, ou seja, os salários. [...] Porém, na lógica da teoria de Keynes, salários mais altos, especialmente se o fundo de salários fosse aumentado pelo emprego crescente em vez de pela taxa de salários,

ocasionavam um aumento na demanda agregada, o que implicava expectativa de lucro crescente, maior investimento e, com isso, estímulo à economia. [...] A defesa corporativista dos interesses do operariado, política que os sociais-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao povo agora encontravam justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica (PRZEWORSKI, 1989, p. 53-54).

O conjunto de medidas políticas e econômicas pretensamente universalistas possibilitou uma gestão alternativa do capitalismo e não mais um projeto reformista de superação. Przeworski afirma que, pelas tendências de crise da realização dos lucros, a direção última da social-democracia é a não ameaça ao estatuto da propriedade privada (PRZEWORSKI, 1989, p. 64).

Esse quadro político, como paradigma, é compatível com as experiências dos países centrais do capitalismo, especialmente os da Europa Ocidental. Uma análise do contexto brasileiro, no entanto, para atentar à estrutura básica de um governo representativo dos trabalhadores e, posteriormente, do *povo*, deve levar em conta as características autóctones da construção histórica e lógica da cidadania.

3. Integração e exclusão – do debate clássico na teoria social brasileira à crítica da razão dualista: uma lógica endógena para a inclusão política e social

Carvalho (2015) inspira-se na conceitualização de Marshall para traçar uma interpretação da história política do Brasil. O autor faz uma ressalva metodológica sobre a suposta *aplicação* dos conceitos. Afasta-se a ideia de que o quadro clássico é uma imposição eurocêntrica. Na análise de Carvalho: “os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um entre outros.” (CARVALHO, 2015, p. 17)

Ele afirma que, tratando-se de desenvolvimento histórico e lógico, a alteração da ordem de desenvolvimento da cidadania modifica também a sua essência. Logo, a cidadania brasileira é diferente da inglesa, sendo esta apenas um referencial para contrastes analíticos. A principal especificidade do caso brasileiro é o caráter de “antecipação” e a “ênfase” atribuídos à camada social da cidadania (CARVALHO, 2015, p. 17-18). O desenvolvimento dessa análise sugere que houve, no limite, uma inversão do modelo clássico. Os direitos sociais foram implementados em um momento de supressão dos direitos políticos sob extensa exclusão dos direitos civis. Esse caminho traria algumas consequências: o caráter outorgado e arbitrário dos direitos sociais, a centralização do Executivo, a fragilidade do Poder Legislativo e a falta de cultura política autônoma (CARVALHO, 2015, p. 219-224).

A mais basilar das camadas da cidadania, no estudo clássico, é a civil. Carvalho reitera que, no percurso brasileiro, ela esteve historicamente impedida por uma série de bloqueios

constitutivos. Esses bloqueios cristalizam-se em um grande contingente de excluídos da sociedade, sendo esse mesmo um elemento fundamental de contenção da própria noção clássica de direitos civis: o Estado é privativo, não se impõe um *status* de equidade jurídica. Disserta: “O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes.” (CARVALHO, 2015, p. 50-51)

A abolição da escravidão não emergiu com base no ideário dos *direitos civis inalienáveis* e sim em uma noção de desenvolvimento da nação, colaborando com o “paternalismo estatal” dos direitos (CARVALHO, 2015, p. 56-57). Ao lado da escravidão tem-se o domínio da grande propriedade rural, fonte de uma “justiça privada” que consiste, por definição, em “uma negação da justiça” (CARVALHO, 2015, p. 62). É ressaltado, por fim, que a cidadania, com sua motriz social, só teve impulso com a emergência de uma classe operária urbana. Apenas com base nessa “seleção” e nessa via “estatal” ela pode emergir (CARVALHO, 2015, p. 63, 66).

A teorização acerca dessa divisão entre incluídos e excluídos foi base para uma leitura da especialidade da modernização brasileira. Ricci (2013) distingue três linhas clássicas de estudo do tema. Entre elas existe a visão comum na qual a possibilidade de uma perspectiva política autônoma dos excluídos é nula:

Autores que se tornam emblemáticos do olhar sociológico (da primeira metade do século passado) sobre a nação apoiaram sua agenda de pesquisas a partir da constatação de nossa herança agrarista, marcada pelo patrimonialismo. Dessa vertente afloraram ao menos três linhas de interpretação: a da inviabilidade de constituição de qualquer consciência cidadã, de natureza participacionista (em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre); a da necessária ruptura política com essa ordem social para que pudéssemos construir um projeto de desenvolvimento nacional (em Caio Prado Júnior); e aquela que propunha a constituição de um bloco nacional-industrializante, como fator exógeno à modernização do mundo rural (em Juarez Brandão e Fernando Henrique Cardoso). Em quase todas as análises do período, as comunidades rurais não se apresentavam como portadoras de projeto social próprio e nem mesmo o operariado em formação. Vinculavam-se atavicamente à grande propriedade fundiária ou libertavam-se dessa dominação política através de atores sociais exógenos ao seu imaginário (RICCI, 2013, p. 234-235).

Em todas essas leituras a dualidade social está presente. Braga (2012), enfatizando a última das abordagens supracitadas (sociologia *profissional* paulista), define essa divisão no processo de industrialização dos grandes centros (especialmente São Paulo):

Estilizando a abordagem dualista, teríamos duas classes operárias no Brasil: uma primeira formada por imigrantes europeus atraídos pelo primeiro ciclo de indus-

rialização do país (1920), concentrada em bairros proletários e capaz de conservar as tradições culturais e políticas dos países de origem, e uma segunda formada a partir dos anos 1930 por meio de intensos fluxos migratórios, sem experiência industrial e que foi rapidamente incorporada ao regime de acumulação baseado na mecanização, simplificação e intensificação do trabalho. O operariado nacional seria responsável por tarefas que exigiriam baixa qualificação e os estrangeiros possuiriam funções profissionais. Apresentando um baixo nível cultural e um estilo de vida arcaico, esse jovem precariado rural perderia suas referências tradicionais ao chegar às cidades, sem, contudo, substituí-las por valores fordistas. Ou seja, ele viveria uma transição caracterizada pela anomia social (BRAGA, 2012, p. 64-65).

Braga, nesse trecho, sinaliza, sinteticamente, que a questão da exclusão, para a teoria social da modernização, transcende o contexto rural e torna-se presente no seio do processo de industrialização e urbanização. O autor afirma que essa concepção passou a ser criticada, a partir dos anos 1970, tanto pelo fracasso na superação do subdesenvolvimento pelo projeto “nacional-desenvolvimentista” quanto por alterações no próprio *objeto*, fruto da modernização conservadora no pós-1964. Essas críticas, segundo Braga, asseveram que a *consciência política* de setores *precarizados* não só foi possível como foi efetiva na consolidação de direitos; o oposto do alegado conservadorismo resiliente, como apoio silencioso ao autoritarismo. Afirma-se uma *inquietação* política latente tanto sob a regulação populista quanto em resistências autônomas ao autoritarismo militar (greves de 1968 e organizações de base) (BRAGA, 2012, p. 74-81). Esse impulso crítico, originalmente proveniente de uma revisão “etnográfica” das teses dos trabalhos clássicos, possui, na análise de Braga, um corolário teórico nas obras em que a *crítica da razão dualista* aparece de forma latente.

No aspecto econômico e social, tem-se o trabalho seminal de Oliveira (2013). A tese central aí presente é a da unidade subdesenvolvida dos setores supostamente modernos e atrasados:

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor atrasado e um setor moderno, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado, se se quer manter a terminologia. O subdesenvolvimento pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em trânsito, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33).

O aspecto político tem suas bases fortemente delimitadas pelo trabalho de Weffort (1978). O autor interpreta, tal qual Oliveira, a modernidade e o arcaico, nas suas manifestações políticas, como simbióticos. Essa constatação se refere menos à análise da cidadania política, segundo a qual a força da migração *para a cidade* continua significando um movimento de integração, e mais ao significado dos projetos de desenvolvimento:

As massas de imigrantes rurais que conquistam a grande cidade, e que atingem os novos empregos criados pelo desenvolvimento urbano industrial, dão o primeiro passo para a conquista de sua cidadania social e política. O ingresso do migrante na vida urbana é o primeiro passo para sua conversão em cidadão social e politicamente ativo e para a dissolução dos vínculos tradicionais de lealdade e de submissão aos potentados rurais ou aos chefes políticos dos pequenos municípios. Essas novas massas que migram em busca de novas oportunidades de trabalho são, evidentemente, massas que pressionam no sentido de sua própria ascensão social. Tem-se dito que a cidade faz sua revolução individual (WEFFORT, 1978, p. 75).

O dualismo, em Weffort, não é algo a ser superado por uma participação política de padrões mais modernos, mas uma manifestação plena da ecologia política já plenamente desenvolvida do Brasil. Sua crítica concentra-se na estrutura de participação pela qual a atividade política dos novos integrados foi enquadrada. Foi, nessa perspectiva, a crise de legitimidade das elites oligárquicas, aliada à ampliação da base social e institucional do Estado, que propiciou uma grande instabilidade no sistema político. Esse processo, que tem como ponto de inflexão a crise de 1930, conclui-se apenas, nessa leitura, com o apelo às massas urbanas ascendentes. Estabelece um padrão de participação não autônomo no qual, pela fragilidade do grupo dominante como classe, o popular necessariamente se faz incorporado. A legitimação é arrendada aos intermediários, Vargas e outros líderes populistas, construindo um arranjo de harmonização das demandas contraditórias:

Nessas condições de compromisso e de instabilidade têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira nessa etapa, entre as quais convém destacar como componentes que virão a ser fundamentais no populismo a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas. Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro, e está aí uma das raízes de sua força pessoal (WEFFORT, 1978, p. 69).

4. Novas metodologias para o estudo da política e do trabalho: a validade da escolha dos mais pobres

A perspectiva uspiana de análise da relação entre política e trabalho passou a receber críticas contundentes a partir da emergência de novas perspectivas teóricas. Residindo em um momento político-social que observava a reemergência de movimentos populares

autônomos e criativos, particularmente no final da década de 1970 e começo da década de 1980, os estudos sobre os movimentos dos trabalhadores e seu significado político foram nitidamente reavivados. A grande força demonstrada por uma nova forma de sindicalismo, em grande parte ainda inspirada pelo paradigma anterior, não deixou de reverberar no campo das ciências sociais. Esse furor democrático coincidiu com o momento teórico de crise das perspectivas totalizantes e hegemônicas da política e do desenvolvimento social. Gomes (2001), ao comentar esse duplo processo social e teórico, afirma que os paradigmas clássicos, como o de Gramsci, passaram a contar com sólidos competidores, como E. P. Thompson. Na perspectiva da historiadora:

é significativo o abalo sofrido por orientações marxistas de fundo teleológico que postulavam um certo modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado, permitindo todo um conjunto de interpretações que se respaldava no desvio ou na inconsciência daqueles atores quando, não preenchendo os requisitos delineados, interferiam nos rumos dos acontecimentos históricos que insistiam em não seguir o curso imaginado (GOMES, 2001, p. 44).

A autora ressalta que a proposta de seu livro fundamental, *A invenção do trabalhismo*, era enfrentar a não explorada questão da relação entre os movimentos sindicais e reivindicatórios pretéritos à Revolução de 1930 e as consolidações legais posteriores. A novidade basilar desse trabalho é a não consolidação apriorística de um caminho e de uma consciência de classe inequívoca, mas passível de desvios e manipulações. Temos aqui “a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe, durante todos os tempos, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p. 46). As noções de cooptação, nessa análise, excluem o espaço de negociação, esvaziando a esfera da política propriamente dita. Por isso a autora rejeita a denominação de populismo para a categorização do fenômeno. Opta, doravante, pelo termo provindo da tradição político-partidária: trabalhismo.

Miguel (2017), em consonância com a perspectiva supracitada, estabelece a concepção na qual o voto popular, como historicamente desenvolvido no Brasil, possui uma característica diversa das noções estabelecidas de representação política. Seriam três as possibilidades academicamente estabelecidas de representação construídas, majoritariamente, para os plenamente integrados na cidadania política: a representação formalista, com seus processos de autorização e accountability, a da identidade entre representantes e representados e a representação porta-voz, pela via de advocacy. A primeira dessas perspectivas é dada como basilar para as democracias liberais, enquanto as outras duas surgem como alternativas possíveis. O autor discorre sobre uma quarta percepção de representação, popular, diferente das outras três. Temos aqui uma forma caracterizada por questões duplas de intercessão e proteção. Ao receber essa forma como válida, e

não uma deturpação do modelo liberal clássico, Miguel pode pensar a política em suas características populares, sem objetivar um modelo “mais racional”:

Aqui, busco explorar o que chamo de uma concepção popular da representação política, alternativa às três concepções acadêmicas citadas — mas que, como pretendo demonstrar, estabelece diálogo com elas, em especial com a primeira (formalista) e a terceira (advocacy). Nela, o representante aparece como um intercessor e a relação significativa é de proteção. Aquele que exerce a função de representação é alguém que tem acesso a bens controlados pelo Estado (ou por particulares interessados em agradar aos detentores do poder de Estado), tais como empregos, terrenos, materiais de construção, equipamentos médicos ou a isenção de determinadas obrigações, e pode distribuí-los a quem mostra lealdade ou necessidade permanente (MIGUEL, 2017, p. 67-68).

O autor complementa essa percepção afirmando que a posição clássica de ação classista, de grandes movimentos coletivos abertos, é, historicamente, a forma de menor frequência. Sempre subsiste o recurso da ação individual encoberta, infiltrando-se pelas brechas do sistema, já que a grande ação aberta necessita de requisitos difíceis e perigosos para a própria subsistência (MIGUEL, 2017, p. 70). O autor ressalta que a supracitada noção de representatividade é lida, na teoria, por um viés negativo, de baixa consciência do papel da cidadania política. A validade dessa perspectiva reside, na sua concepção, na forma em que o extremamente abstrato e distante espaço de poder faz-se tangível aos que não podem fazer-se representar pelas vias hegemônicas. Segundo Miguel:

Os remetentes das cartas não esperam uma prestação de contas do exercício do mandato ou a defesa de princípios e interesses gerais, mas a satisfação de necessidades localizadas e concretas. No pensamento político, tais formas de relação costumam ser marcadas com um sinal de negatividade. Elas revelariam a baixa consciência política ou a incapacidade de ação democrática desses extratos populares, inaptos também, aliás, para observar a distinção entre o público e o privado. Mas, nesse tipo de avaliação, muitas vezes se exige dos pobres um sentimento cívico que não se espera encontrar entre as classes proprietárias, que quando apresentam, de outra forma e com maior capacidade de pressão, suas demandas particulares ao Estado (demandas bem mais significativas, aliás), estariam apenas agindo de forma racional. Para quem vive à margem de uma rede formal de seguridade, sem acesso aos canais institucionalizados de pressão política e sem participar de alguma organização coletiva capaz de defender seus interesses, a figura de um benfeitor é tranquilizadora (MIGUEL, 2017, p. 90).

5. O voto popular nos governos do PT: um debate político e sociológico

5.1. O precariado e a aposta na radicalidade da pulsão operária: Ruy Braga como ponto zero

Mesmo situando-se, cronologicamente, como uma resposta teórica, a perspectiva de Braga (2012) será considerada, na atual análise, como um *ponto zero* no debate acerca do voto popular no período que ora analisamos: os governos do Partido dos Trabalhadores. Isso se dá pela sua posição de defesa da perspectiva *adualista*, em dois pontos fundamentais: a completa integração do setor mais subalternizado, na sua leitura, o *precariado*, ao capitalismo dependente moderno brasileiro; e a possibilidade de perspectiva política própria desse setor inferida de sua posição nas relações de produção. Na perspectiva do autor:

em termos sócio-ocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada [...] em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletiva (BRAGA, 2012, p. 26).

O autor busca a comprovação dessa tese pela arqueologia das análises sobre o comportamento político dos trabalhadores. O privilégio, pelas suas análises da sociologia do trabalho, é das classes com alto teor de capacidade de organização. Isso é constatado pela verdadeira arqueologia do tema nas obras sociológicas. A figura do típico trabalhador precário é o jovem migrante, oriundo das regiões tradicionais, em encontro com a classe trabalhadora já organizada politicamente. Os trabalhos clássicos versam sobre o significado teórico desse encontro. Braga desenvolve, no decorrer do estudo, a perspectiva na qual, na referida camada social, apresenta-se uma latente “pulsão organizativa”, contestatória e, no limite, revolucionária.

Evidenciamos essa tese, da suposta “pulsão organizativa dos trabalhadores”, pelo trabalho que Braga realiza para sua reconstrução histórica. Nessa análise a base última é sua releitura, com aspecto defensivo, da crítica weffortiana à construção da cidadania operária fordista periférica. O seu enfoque não é a suposta cooptação de classe, mas o peso contestatório, a não passividade, que o processo de inclusão pressupõe em vista da percepção subalterna da não completude de sua recém-adquirida cidadania:

Além disso, longe de se sentir satisfeito com as condições materiais de existência decorrentes da industrialização acelerada do pós-guerra, o precariado brasileiro viveu uma experiência contraditória: por um lado, os trabalhadores percebiam o relativo progresso material resultante da transição do campo para a cidade; por outro, experimentavam a angústia decorrente da reprodução de sua subalternida-

de classista[...]. Na realidade esse consentimento carregava os germes da reviravolta: em vez de ganhos de produtividade repassados aos salários, como durante décadas ocorrera na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, aqui o fordismo organizou-se sobre a moderação (regulação populista) e a compressão (regulação ditatorial) dos salários. Como observou Weffort: a vitória individual traz em germe a frustração social. Ao fim e ao cabo, as modestas conquistas políticas e econômicas alimentaram um estado permanente de inquietação que esgarçou os limites do compromisso populista (BRAGA, 2012, p. 122-123).

A alegada pulsão apresentou diversos momentos de emanção na história do movimento dos trabalhadores. Assim foi na organização pela base nos momentos de arrocho durante o autoritarismo do governo militar, com a criação dos “comitês de fábrica” (BRAGA, 2012, p. 156). Um momento exemplar desse período, para o autor, é o ciclo grevista de 1968 nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP) (BRAGA, 2012, p. 132). Central para a origem do fenômeno do lulismo, a seu ver, é a eclosão do “novo sindicalismo”, no ABC paulista do final da década de 1970. Busca-se apreender a relação da pulsão operária com sua alegada contenção, a burocracia sindical (BRAGA, 2012, p. 142).

É recuperado o processo de degradação da situação do precariado operário. Essa leitura se faz evidente na seguinte passagem:

Facilmente substituído e recebendo salários menores, o precariado metalúrgico experimentava sérias limitações na resistência à imposição das longas jornadas e ao aumento dos ritmos do trabalho. [...] Os efeitos do aumento do esforço físico eram visíveis não apenas no permanente estado de esgotamento do operário, mas, sobretudo, no aumento da produção. Entre 1970 e 1978, por exemplo, a produção na empresa revisitada por Humphrey [John Humphrey, sociólogo britânico, estudou a situação do trabalho na indústria automobilística paulista do final dos anos 1970] havia dobrado, sem qualquer modernização saliente da base técnica. Não é de espantar que, a certa altura, a gerência tivesse simplesmente abandonado a cronometragem das tarefas, passando a exigir das diferentes seções metas arbitrárias [...]. E o ciclo se completa: quando o precariado metalúrgico não conseguia mais acompanhar o ritmo e dar a produção, seja por conta de fadiga, acidente ou adoecimento, era facilmente substituído por uma nova onda de jovens trabalhadores atraídos pelos altos salários praticados no setor. Além disso, produto da política de rotatividade do trabalho, as maciças flutuações do emprego no setor atingiam predominantemente o jovem precariado metalúrgico (BRAGA, 2012, p. 150-151).

Nesse contexto, em que sobressai a regulação militar autoritária, forja-se o ambiente para o amplo ciclo grevista. A análise de Braga credita a fundação do Partido dos Trabalhadores à percepção de necessidade de ruptura em relação à tutela estatal nas negociações. Logra-se êxito com a base de força política ancorada no sucesso das greves (BRAGA, 2012,

p. 169).

Ao final de seu ensaio, Braga empreende a análise do momento político pós-2003 utilizando como base teórica a supracitada *sociologia da inquietação operária*. O autor não deixa de atualizar o contexto, levando em conta o regime de acumulação e a estrutura regulatória agora vigente. A ampla transformação no capitalismo, apenas incipiente no final da década de 1970, ganhou contornos claros nos anos seguintes. Braga considera que a análise desse novo momento deve levar em conta o processo de acumulação pós-fordista ancorado numa regulação estatal e social neoliberal:

Combinando flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do reporting (prestação de contas aos acionistas), track recording (histórico de desempenho) e do downsizing (enxugamento). E, ao longo da chamada era FHC, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas. [...] Associada ao aumento do desemprego, a onda de privatizações da segunda metade dos anos 1990 foi uma das formas encontradas pelo governo FHC para criar um ciclo de negócios capaz de potencializar a acumulação de capital financeiro. [...] A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando-se em uma autêntica plataforma de valorização financeira internacional (BRAGA, 2012, p. 184).

A base da reformulação produtiva direcionada para o setor informacional permitiu uma reavaliação do setor privilegiado para a análise das relações de trabalho. Braga passa a ressaltar, em contraste com o *preariado* migrante dos setores metalúrgicos de ponta, a indústria do *call center* como lócus da nova *pulsão operária* (BRAGA, 2012, p. 189). O autor identifica formas de participação que contrariam não só a estrutura sindical burocrática vigente, mas, no limite, a inclusão social proporcionada pelos governos petistas. Na perspectiva do autor:

Com isso, não queremos transmitir a impressão simplista de que os teleoperadores formem um grupo mobilizado sindicalmente. O mais correto seria dizer que estamos diante de trabalhadores que, a despeito das dificuldades interpostas à mobilização coletiva pela indústria de call center, começam a formar um embrião de consciência coletiva, forte o suficiente para garantir alguns passos importantes no caminho da auto-organização sindical. Acrescentariamos que as mesmas características relativas à composição e à rotatividade da força de trabalho — baixa remuneração, discriminação de gênero e orientação sexual, forma subalterna de inserção ocupacional nas empresas, qualidade de processo de trabalho e falta de organização política — não representam obstáculos absolutos para a ação coletiva. Em alguns casos essas condições podem, ao contrário, favorecer a deflagração da mobiliza-

ção sindical (BRAGA, 2012, p. 212).

Não obstante o caráter originalmente progressista do partido então no governo, e observando sua origem contrária à estrutura sindical vigente, Braga observa que a resposta a essa latência se dá num complexo e dialético processo de assimilação das camadas superiores dos sindicalistas, com repressão às “legítimas” demandas dos precarizados, que logram apenas sobras em seu benefício. No limite, é esse o caráter da expansão lulista na perspectiva que o autor evidencia na seguinte passagem:

Por intermédio desse tipo de transformismo, o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações dos de baixo com a bem orquestrada reação à subversividade esporádica dos subalternos. Como vimos, da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o locus da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. O fato é que a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal (BRAGA, 2012, p. 213).

A ênfase dada, nos períodos analisados por Ruy Braga, aos setores que, não obstante suas origens migrantes ou periféricas, integram-se a um serviço que conta com regulação e possibilidades, mesmo que reprimidas, de organização e mobilização, evidencia uma certa seletividade teórica na análise do autor. Souza (2016) caracteriza essa seletividade como uma clara tentativa de “importação” de uma conceitualização não plenamente adaptável ao contexto brasileiro. Para o autor, temos a resiliência de uma “cegueira” teórica que encobre a mais profunda violência da desigualdade presente no país:

Pior é a denominação de precariado, palavra com a qual se busca, por derivação do caso europeu, uma aproximação destinada ao fracasso. Precário, para os europeus, é aquele que se desprende das garantias e da segurança do pacto social-democrata europeu hoje na defensiva. Isso não tem nada a ver com o caso brasileiro, que jamais teve um pacto social-democrata (SOUZA, 2016, p. 76).

A interpretação do voto popular em Braga aponta, inequivocamente, para as chaves já tradicionalmente estabelecidas de crítica à cooptação e escamoteamento da pulsão social disruptiva e radical, tendo como saldo o direcionamento do receituário da organização autônoma já latente.

5.2. O retorno à dualidade na análise da *subcidadania* em Jessé Souza: a categorização simbólica dos excluídos

A interpretação de Jessé Souza acerca da leitura de seu colega uspiano é chave para a compreensão analítica da alternativa do próprio autor. Souza insiste na especificidade classista interna aos países da periferia global. Essa especificidade é dada pela construção de uma ampla camada de subcidadania. São integrações precárias não apenas aos direitos clássicos civis, políticos e sociais, mas aos próprios requisitos pré-reflexivos e simbólicos para seu gozo. A construção sócio-histórica dessa camada passa pelo não reconhecimento de status igualitário, negação forjada na escravidão, na grande propriedade rural e na subsequente não abertura para meios de incorporação econômica e simbólica dos excluídos. O autor logra essa conclusão pela revisão dos textos clássicos acerca da sociologia da sociedade brasileira. Dividindo-os em duas perspectivas principais, o culturalismo e o economicismo, Souza analisa os desenvolvimentos e contradições presentes em seus principais representantes. O culturalismo tem sua origem, na presente análise, no mais complexo intérprete da realidade brasileira: Gilberto Freyre. Segundo Souza (2015), o mérito de Freyre está na inversão do postulado “racista científico”, vigente antes dessa intervenção. Os atributos “pré-modernos” da realidade brasileira passam a ser vistos como méritos e mediações ante a modernidade cêntrica, numa clara positivação da virtude da suposta abertura étnica e cultural do país (SOUZA, 2015, p. 30). Essa tese, central para a “dimensão cultural” do desenvolvimentismo em germe, recebe, para Souza, uma “reversão”, nas mesmas bases, em direção à crítica liberal da especificidade social e política brasileira. Esse processo é empreendido por duas figuras centrais: Sérgio Buarque, em uma análise sociológica, e Raymundo Faoro, em perspectiva histórica. Souza observa que o conjunto dessas perspectivas molda a “ideia-força” dominante na vida política brasileira contemporânea, pois constrói, a seu modo, uma interpretação específica para o Brasil da relação entre Estado, mercado e sociedade: a interpretação seria, por sua vez, culturalista, na qual a inversão do diagnóstico de Freyre receita uma crítica ao personalismo pré-moderno reinante nas relações sociais brasileiras e a seu corolário institucional, o patrimonialismo. Na percepção de Jessé Souza:

Na realidade, Buarque assume todos os pressupostos metateóricos e teóricos da tese de uma sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e pessoalidade como formulada por Freyre. O que Buarque acrescenta de (aparentemente) novo é a transformação da ênfase no personalismo – a emotividade como um dado psicossocial que guia as relações interpessoais de favor/proteção – típica da interpretação freyriana em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja, supostamente patrimonial. O patrimonialismo é uma espécie de amálgama institucional do personalismo, de resto compartilhando com efeito todos os seus diversos pressupostos inseridos para fins paradigmáticos na construção do “mito”

freyriano (SOUZA, 2015, p. 32).

O autor considera que o presente constructo se consolidou como perene na história da ciência social sobre o Brasil. Para além das diversas roupagens e abordagens, o *culturalismo* inspiraria a própria leitura *dualista* hegemônica, que afirma a especificidade do atraso do país como sociedade. Temos, em importância, as teorias da modernização:

A história que acabamos de resumir é, talvez, a maior história de sucesso das ciências sociais modernas. A teoria da modernização, o filho mais dileto da tradição weberiana apologética, não só não morreu na década de 1960 como continua hoje, certamente com outras máscaras e roupagens, a dominar a discussão mundial (SOUZA, 2015, p. 35).

Jessé Souza afirma, em registro mais complexo, que a teoria dualista tradicional culturalista enfrenta uma importante tensão no desenvolvimento teórico da segunda metade do século XX, que, no entanto, não logra plena autonomia. A linha teórica de interpretação crítica do capitalismo brasileiro lograria a incorporação de elementos estruturantes de sua especificidade chegando às fronteiras de sua singularidade simbólica, mas ainda, em última instância, sendo limitada por uma centralidade excessiva no aspecto econômico. O autor se refere a uma importante linha de pensamento:

Essa tradição entre nós começa talvez com Caio Prado Júnior e sua ênfase em localizar, no seu clássico publicado em 1942, Formação do Brasil contemporâneo, a colonização brasileira no horizonte da expansão do capitalismo comercial europeu. Nos anos 1950 e 1960 a influência da obra de Raúl Prebisch e da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), muito especialmente na obra de Celso Furtado, teve extraordinária ascendência sobre a vida intelectual e política do Brasil. [...] Na impossibilidade prática de discutir todos os autores importantes dessa tradição, decidi tomar Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, [...] como os grandes autores de uma tradição influenciada pelo marxismo e que avança efetivamente na compreensão da sociedade brasileira e de suas contradições reais (SOUZA, 2015, p. 110).

Notadamente em Oliveira, malgrado o sucesso que Souza lhe confere em criticar a ingenuidade da consideração de um bloco coeso e empiricamente discernível da oposição modernidade-atraso, haveria um retorno do culturalismo na não percepção do espaço simbolicamente diferencial no qual se estabelece todo discurso econômico. Haveria uma base “silenciosa”, de diversos elementos, que atuaria na mediação entre a posição de um agente nas relações produtivas e a sua atuação sociopolítica. Afirma: “Esse é o verdadeiro limite de toda forma de economicismo, que é tão cego que nem sequer percebe que a própria ação econômica já pressupõe um universo simbólico composto por pressupostos jurídicos, emocionais, pulsionais, morais e políticos.” (SOUZA, 2015, p. 115) Souza aponta a inexistência da pureza dos elementos econômicos e, por conseguinte, de posições de

classe. Haveria necessariamente uma construção simbólica concomitante, resguardando uma referência, em última instância, à materialidade. Para a sólida análise política, outrossim, a referência única à materialidade é insuficiente (SOUZA, 2015, p. 115).

De forma análoga, mas reconhecendo méritos na interpretação do preconceito de raça e classe sofrido pelos excluídos, Souza percebe a acolhida da hierarquização não apenas meritocrática no surgimento do mercado de trabalho moderno no Brasil em Florestan Fernandes, como, igualmente, um ocultamento do simbólico. Não haveria uma análise da hierarquia inerente ao próprio espaço “social competitivo” tido como condizente à modernidade capitalista. Logo, nesse âmbito, os preconceitos de origem emergiriam como “resíduos” de uma sociedade “estamental”. Como disserta Souza (SOUZA, 2015, p. 137): “A ordem competitiva também tem *sua hierarquia*, ainda que implícita e opaca aos atores, e é com base nela, e não em qualquer *resíduo* de épocas passadas, que tanto negros quanto brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente.”

O projeto encampado por Souza, a partir desse ponto, é a reconstrução do ambiente valorativo constitutivo das sociedades modernas para, por essa via, compreender a especificidade brasileira para além do *culturalismo*, anteriormente declarado racista, e do *economicismo*, acima exposto como parcial. Pretende uma inquirição acerca das “fontes morais” de comando do que se percebe como aprazível em termos de valor e da estruturação de sua hierarquia de maneira pré-consciente aos agentes sociais. Souza afirma a centralidade da teoria de intelectuais como Merleau-Ponty e Wittgenstein na “virada hermenêutica”, base filosófica de intérpretes como Charles Taylor, Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Jürgen Habermas, fundadores de sua empreitada (SOUZA, 2015, p. 175). Nessa plataforma a perspectiva é de reconstrução do que chama de “hierarquia valorativa”, o que empreende em três passos:

proceder à reconstrução histórica e institucional dessas fontes morais, que comanda os indivíduos sob sua égide [...] mostrar sua realidade concreta e empírica insofismável tanto através da empiria indireta — que permite deixar claros os pressupostos que atingem a todos nós sem distinção [...] demonstrar teórica e empiricamente a problemática específica do tema da existência de uma fronteira objetiva de dignidade humana (SOUZA, 2015, p. 177).

Para Souza, são dois os critérios básicos mais importantes de hierarquização em um contexto social dado na modernidade. Foram criados, produzidos e reproduzidos paulatinamente pela afirmação da primazia do *espiritual* sobre o *corporal* em todo o âmbito do pensamento ocidental, sendo, assim, cristalizados institucionalmente. A ênfase em uma ou outra *linha de distinção* é o que, na teoria composta por Souza, distingue na contemporaneidade

uma sociedade dita avançada de outra que padece de entraves, principalmente de desigualdade. As duas marcas são, a saber, a da *autenticidade* e a da *dignidade*. A primeira é amplamente discutida nas análises de economia simbólica de Pierre Bourdieu sobre o contexto francês. Nela reside o enfoque na “personalidade sensível”, algo legitimador de privilégios de classe, pela interpretação social e “institucional” do “bom gosto” como algo puramente de mérito individual e não de estrato (SOUZA, 2015, p. 201).

Já no contexto brasileiro, a dignidade social é auferida, primordialmente, pela distinção. Nesse ponto percebemos, com nitidez, a reconsideração da leitura dualista em Jessé Souza. O enfoque seria na personalidade útil, já que há uma camada grande de pessoas que são definidas, justamente, pela sua “falta”, ou seja, pela emanção de um sentimento difuso, em classes integradas, de uma interdição à plena humanidade. O autor afirma:

Em um país como o Brasil, onde também há uma luta pela “distinção social” nos termos que Bourdieu analisou na França, existe também, certamente de modo muito mais virulento do que em países como a França ou a Alemanha, uma “luta pela dignidade”, no sentido procedural que explicitamos anteriormente. Afinal, antes da luta social pela “personalidade sensível”, sob a égide da busca pela “autenticidade”, existe a luta pela “personalidade útil”, sob o manto da busca pela dignidade. Essa luta não é consciente, assim como a luta pela distinção também não o é, mas produz seus efeitos terríveis todos os dias em sociedades como a brasileira. Em nossos trabalhos coletivos procuramos perceber a importância do tema da “dignidade” a partir das classes sociais que se definem por sua “falta” (SOUZA, 2015, p. 201-202).

Sob o signo dessa concepção teórica é que podemos interpretar a renovada dualidade na análise da dinâmica sociopolítica brasileira. Souza distingue quatro grandes classes sociais no Brasil contemporâneo, a saber, a elite dos proprietários, a classe média, a classe trabalhadora semiqualficada e a dita “ralé de novos escravos”, todas elas divididas por frações (SOUZA, 2016, p. 59-60). Nas duas camadas mais populares há uma divisão, bastante evasiva, é verdade, entre o logro dos requisitos da dignidade e a sua falha. Essa é a marca de separação entre o Souza chama, provocativamente, de “ralé brasileira” e de “batalhadores”. Ainda são “batalhadores” aqueles que observam de perto a linha da dignidade, sendo sua superação um dilema constante. O autor constata:

Nas classes populares a distinção entre trabalhador e excluído, distinção essa bastante fluida, como vimos nos últimos anos de inclusão social, torna-se uma distinção de grau, e não de qualidade. As famílias pobres brasileiras não são apenas pobres. Sua miséria não é apenas econômica. Elas reproduzem um cotidiano de carência cognitiva que tende – por conta do abandono secular de uma sociedade escravocrata socialmente irresponsável – a se alongar em miséria moral e afetiva. Mesmo nas famílias que ainda conseguem manter o modelo familiar com pai e mãe amorosos e cuidando dos filhos do melhor modo possível nas circunstâncias

adversas, o que os pais conseguem transmitir é, muitas vezes, sua própria inadaptação social. Não se pode, afinal, ensinar aquilo que não se aprendeu.[...] A linha divisória entre as classes populares reflete a possibilidade de apropriação diferencial do que chamamos de “capital cultural”. Ainda que o capital cultural em jogo aqui não seja aquele altamente valorizado da classe média, qualquer trabalho nas condições do capitalismo competitivo exige incorporação de conhecimento. [...] A linha fluida entre classe trabalhadora e classe excluída é construída a partir da maior ou menor possibilidade de incorporação dos pressupostos afetivos e emocionais que permitem evitar, em alguma medida, o total fracasso escolar. O que separa o trabalhador do excluído é que ele consegue incorporar um mínimo de conhecimento útil que pode ser usado no mercado competitivo (SOUZA, 2016, p. 63-64).

Podemos, com Jessé Souza, perceber os elementos de distinção de um setor social, amplamente relevante na sociedade brasileira, que se constrói fora do quadro clássico de proprietários e detentores da força de trabalho. A própria disposição da força de trabalho é, para esse setor de *subcidadania* ou de cidadania *precária*, ainda algo em questão, em disputa, e nunca simplesmente dado. Ademais é reabilitada uma forma de *dualismo* que torna complexa a simples rejeição da separação entre um setor atrasado e um moderno na sociedade brasileira. Mesmo aceitando a plena incorporação do país ao mundo competitivo capitalista, o autor reforça a necessária distinção entre os indivíduos formados simbolicamente para essa ordem e os que têm acesso apenas residual a ela.

5.3. Exclusão, *subproletariado* e dinâmica partidário-eleitoral: o voto dos mais pobres no PT, segundo André Singer

André Singer intervém no debate acerca da configuração de classe do Brasil contemporâneo por um viés pouco explorado pelas perspectivas apenas sociológicas: a dinâmica institucional partidária. Sua percepção, posicionada academicamente na ciência política (ciência social de implementação mais recente no meio universitário brasileiro), permitiu uma análise das bases sociais dos partidos políticos para além do reducionismo à “gramática populista” que marcou a primeira vertente da sociologia dita “profissional” do país. Recuperando a afirmação da consistência social das agremiações partidárias para além de suas emanações em siglas, como afirmado pelos primeiros cientistas políticos pesquisadores das dinâmicas institucionais no país, Singer afirma um relevante grau de inteligibilidade para a história político-partidária do país. Em sua leitura:

Revelar o aspecto consistente de partidos e eleitores foi, aliás, um dos lemas constitutivos da ciência política no Brasil. Quando começou a se institucionalizar, no contexto autoritário dos anos 1970, apostou-se que, com o país redemocratizado, partidos e eleições funcionariam a contento. Expressa bem o espírito daquela

época a seguinte manifestação de Maria do Carmo Campello de Souza, uma das pioneiras da área de instituições políticas brasileiras na USP, em sua tese de doutorado, de 1976: “Não pretendemos [...] engrossar a fileira daqueles que [...] veem o processo político-partidário brasileiro sob um prisma da fatalidade, destacando a sua inviabilidade congênita e definitiva.” Houve esforço acadêmico para mostrar a coerência, ao menos relativa, das legendas e a racionalidade do comportamento eleitoral observado entre 1945 e 1964. Os autores da nascente disciplina procuraram evidenciar que, apesar de tendências entrópicas, foi se constituindo um sistema partidário e uma dinâmica eleitoral com nítido perfil de representatividade. Prognosticaram, por isso, que a pretensão dos militares de reprimir forças reais, procurando disciplinar o processo, estava fadada ao fracasso, em razão do desconhecimento dos movimentos vivos da sociedade. Se retomarmos a inspiração original e compararmos os três maiores partidos do período pós-1945 com os três maiores partidos da experiência posterior a 1989, verificamos, por baixo das agitações da superfície, a mesma consistência (SINGER, 2018, p. 133-134).

Singer afirma que o contexto de construção do espaço político competitivo posterior à abertura de 1945 compreendeu o estabelecimento de três partidos principais. Há, nesse período, uma concomitância desse ambiente competitivo com a ampliação da base eleitoral democrática, sendo que este último processo, mesmo com a regulação autoritária posterior a 1964, não foi interrompido. A primeira geração de partidos com base social tendencialmente estável foi constituída por UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático). A UDN possuía como característica a “opção liberal”, a “oposição à reforma agrária” e a “oposição ao Estado Novo e ao varguismo” (SINGER, 2018, p. 137). Seu suporte social seria duplo: a classe média urbana e parte da oligarquia rural (SINGER, 2018, p. 137). PTB e PSD possuem, por sua vez, uma origem compartilhada na herança varguista, em nítida representação do caráter de agregação de interesses característico do regime que se dissolvia. O PTB emergia da estrutura sindicalista, com a correspondente legislação trabalhista, que trouxera para Vargas o apoio das camadas trabalhadoras urbanas. O partido era caracterizado por “ações e programas em defesa da legislação social e trabalhista, da nacionalização de companhias estrangeiras e da reforma agrária, o que o posicionava objetivamente no campo da esquerda, sem chegar a ser socialista” (SINGER, 2018, p. 138). A oposição às posições da UDN era clara. O PSD ocupava uma posição estratégica entre esses dois partidos. Com origem na articulação dos interventores estaduais do regime anterior, esse partido lograria consolidação como representante do “enorme interior rural do país, cujas relações de dominação, ao contrário do que acontecia no ambiente urbano, ainda se configuravam como pré-modernas” (SINGER, 2018, p. 140). Para a interpretação da política partidária brasileira, é central compreender sua posição estrutural como partido de centro, de base eminentemente governista, municipalista, pois haveria a ampla dependência de verbas

federais por parte desse interior, não importando qual o partido do governo em questão (SINGER, 2018, p. 140)

O período autoritário posterior ao movimento de 1964 impediria a continuidade da consolidação da referida configuração no imaginário político brasileiro. O regime insistiria, como alternativa, no bipartidarismo: temos, a partir desse momento, as figuras da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Na análise de Singer, entre 1966 e 1972 a Arena conquista sucessivas vitórias como fruto do potencial de articulação entre as estruturas partidárias e bases sociais da UDN e do PSD. Singer, no entanto, identifica um profundo realinhamento no pleito de 1974. Há, nessa eleição, o surgimento de uma forte identificação popular urbana com o MDB. A periferia das grandes cidades, inflada pelo “milagre econômico”, passa a votar em massa no partido da oposição, reeditando a oposição entre UDN e PTB. Entretanto, a Arena contava com a sobrevida conservadora, para além do tradicional apoio das classes abastadas urbanas, no interior do país, como Singer sintetiza: “O realinhamento de 1974 trouxe o voto popular urbano para o MDB, mas as regiões menos desenvolvidas continuaram alinhadas com o polo conservador. O esquema clientelista e atrasado se reproduzia dentro da modernização.” (SINGER, 2018, p. 146)

A atual configuração partidária possuiria origem na dissolução da sigla de ascendente apelo popular, realizada de forma eminentemente casuística pelo governo militar. Singer afirma que: “O propósito da reforma partidária de 1979, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo, foi desorganizar a sigla que recebia os votos do chamado povão, como já ocorrera com o PTB, agora por meio da divisão do MDB” (SINGER, 2018, p. 146). Na perspectiva de Singer, essa manobra evitaria a estabilização do realinhamento iniciado no princípio da década de 1970; outrossim, no mesmo período, as principais figuras partidárias emergiram, na configuração ainda hoje presente. O processo de divisão do MDB levaria a antiga sigla de oposição para o centro, papel do antigo PSD. Durante os anos 1980, a sigla diretamente herdeira do MDB, o PMDB, sofre um processo de interiorização, vencendo governos estaduais com amplo apelo para a política tradicional afastada das capitais, afetando o setor interno afeito aos processos de modernização (SINGER, 2018, p. 148). Do interior do PMDB surge o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com apelos de “modernidade representativa” e “enfrentamento dos desafios da globalização” (SINGER, 2018, p. 148). A análise de Singer aproxima a base social do PSDB da condizente à antiga UDN, a classe média urbana, com aposta no crescimento da “ideologia da classe média” e futuras expansões econômicas (SINGER, 2018, p. 149). Já a alternativa de partido das classes populares urbanas apenas, é o Partido dos Trabalhadores (PT), que almejava uma representação de classe no modelo clássico de autonomia política e social. Buscava,

además, sanear as ambigüidades das experiências anteriores da esquerda brasileira (SINGER, 2018, p. 148).

A dinâmica eleitoral posterior ao primeiro pleito direto para a Presidência da República é elucidativa da abordagem de Singer acerca da dualidade entre inclusão e exclusão. O PT, candidato à posição de partido popular, dialogava fortemente com a classe trabalhadora organizada, mas sofria resistência dos não integrados às condições mínimas, notadamente os trabalhadores afastados do mercado de trabalho formal (SINGER, 2018, p. 151). Referindo-se às análises socioeconômicas de Paul Singer, André Singer define o que chama de subproletariado:

Subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” [...]. Dado o seu tamanho, o subproletariado encontra-se no centro da equação eleitoral brasileira, e o coração do subproletariado está no Nordeste (SINGER, 2012, p. 77-78).

As eleições de 1989, 1994 e 1998 seriam pleitos marcados pelo “desalinhamento” e pela prevalência do “conservadorismo popular”. O PMDB não conseguiu traduzir sua força representativa local e parlamentar em votos para o Executivo Federal. O PT, ao mesmo tempo, sofria resistência dos mais pobres (SINGER, 2018, p. 149-150). No primeiro exemplo da série, Fernando Collor, representante de um partido minoritário, é eleito com votos “populares” antea força dos trabalhadores integrados e de setores progressistas da classe média de Lula, do PT. Se a base social dessas eleições é estável, a mudança ocorre no discurso aglutinador, dos discursos ideológicos de Collor até a estabilidade monetária de Fernando Henrique Cardoso, como Singer constata:

As pesquisas mostram, igualmente, que a tendência [do eleitor] à direita cai com o aumento da [sua] renda, dando-se o contrário com a esquerda. Por isso, as derrotas de Lula em 1994 e 1998 podem ser entendidas, ao menos em parte, como reedições de 1989. Apesar de a estabilidade monetária ter se sobreposto, em 1994 e 1998, aos argumentos abertamente ideológicos utilizados por Collor (ameaça comunista) em 1989, o resultado foi que as duas campanhas de Fernando Henrique Cardoso mobilizaram os eleitores de menor renda contra a esquerda. [...] Na esteira do Plano Real, o melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre os estudantes, entre os assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre os funcionários públicos. Já os trabalhadores sem registro formal, portanto desvinculados da organização sindical, deram os melhores resultados a Fernando Henrique (SINGER, 2012, p. 61).

Singer afirma que a eleição de 2002 indicou a expansão da base eleitoral do PT para todos

os espectros sociais. Os motivos foram o direcionamento partidário para o centro político, pela neutralização de aspectos radicais, e o desgaste das políticas neoliberais dos governos anteriores. O efeito do conservadorismo popular é suavizado sem desaparecer, já que o núcleo eleitoral de José Serra ainda estava na camada inferior de renda da população (SINGER, 2018, p. 152). O primeiro governo Lula marcou, por sua vez, o estabelecimento do fenômeno que Singer consagrou como *lulismo*, assim resumido: “à medida que Lula comandou a adoção de políticas públicas e estabeleceu ganhos na assistência social, no salário mínimo, na concessão de crédito e na geração de emprego, sem provocar desordem, produziu-se em 2006 o realinhamento, por meio do qual as camadas populares passaram a votar em massa no lulismo” (SINGER, 2018, p. 152).

Há, portanto, no período posterior ao pleito de 2006, uma estabilização da estratificação do eleitorado brasileiro, que se mostrou inalterável por dez anos. Os três partidos principais seguiam um modelo já esboçado no período anterior ao interregno autoritário. O partido popular, o PT, somou a entrada na camada subproletária com a força dos setores organizados urbanos, perdendo, no entanto, parte de seu anterior apelo social urbano “modernizante” no decorrer de seus governos. O PSDB se colocaria como o “partido de classe média”, e o PMDB, com sua força majoritariamente interiorizada, gravitando pragmaticamente no governismo (SINGER, 2018, p. 153-154). Observamos, com o autor, a manutenção desse padrão eleitoral em 2010 e 2014, e podemos analisar a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 não como uma mudança completa de paradigma, mas como fruto do maior afastamento das camadas médias, acrescido da defecção das periferias urbanas do lulismo. A camada inferior de renda (assim como a região Nordeste, no aspecto geográfico) permaneceu dando a maior parte de seus votos para o candidato do PT – em 2018, Fernando Haddad.

6. Considerações finais: uma proposta política para os excluídos

Singer interpreta o mencionado movimento em direção à camada dita *subproletária* como uma aposta no “reformismo fraco”. Afasta a alegação de resiliência “pura” do neoliberalismo pelos amplos índices de redução da desigualdade (SINGER, 2012, p. 181-182). Há, nesse ponto, um nítido contraste com as propostas originárias do partido, a saber, a representação direta dos interesses classistas na esfera política para garantia de *direitos sociais*. O partido estaria, nas suas propostas iniciais, no âmbito de um “reformismo forte”, de inspiração clássica, em que o paradigma social-democrata, ao lado de outros (os minoritários leninistas, trotskistas ou democrata-cristãos), era central (SINGER, 2012, p. 186). Propunha-se uma defesa da ampla mobilização popular, de interesses igualitários nítidos, para a construção auto-organizativa de uma classe social delimitável (SINGER, 2012, p. 188-189). Efetivamente, durante seus governos, o partido se redireciona.

Concluimos que, mais do que um simples redirecionamento, o movimento que acima expusemos demonstra uma aposta de nucleação em outro setor que não o originalmente observado como motriz para a redução das iniquidades específicas da nossa formação social. Obviamente não houve um abandono do setor fundador do partido, que engrossa as fileiras “progressistas” urbanas e rurais, constituindo inclusive a maior parte de seus quadros. Mas a opção pela camada com menor inclusão nos espaços da cidadania incide no próprio núcleo eleitoral do projeto, constituindo a partir desse ponto um projeto político amplo, não particularista, inclusivo para o país.

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Eduard. Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COLE, George. A history of socialist thought: communism and social democracy (1914-1931). Part I. London: Macmillan, 1958.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um campo. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. Que fazer?: problemas candentes do nosso movimento. In: _____. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1, p. 79-214.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução?. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1899-1914). São Paulo: Unesp, 2011. v. 1, p. 1-88.
- MARSHALL, Thomas. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na democracia contemporânea. São Paulo: Unesp, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RICCI, Rudá. Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

SAES, Décio. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 16, p. 9-38, 2003.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.